

QUESTÕES E DESAFIOS NA ASSESSORIA ACADÊMICA A MOVIMENTOS SOCIAIS: O CASO DA REDE DLIS DO GBJ

Laudiano da Silva Martins¹

Eduardo Gomes Machado²

RESUMO

Os processos de organização em rede de entidades populares e movimentos sociais vêm incluindo parcerias e articulações com agentes técnico-profissionais e acadêmicos. As relações entre a universidade e essas redes populares, que agregam processos educacionais intensos, com desafios e aprendizagens mútuas, são vivenciadas em contextos do que nomeamos como assessoria acadêmica a movimentos populares urbanos. Analisamos a inserção do grupo Diálogos Urbanos de extensão e pesquisas interdisciplinares na região Sudoeste de Fortaleza, Ceará, Brasil, com atuação junto à Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS do GBJ). Refletiremos, a partir da observação participante, como ocorrem os processos de assessoria acadêmica junto aos movimentos sociais, suas dificuldades e desafios para contribuir com as ações coletivas populares.

Palavras-chave: Assessoria Acadêmica, Educação Popular, Movimentos Sociais.

1 INTRODUÇÃO

Quando pensamos em assessoria, o que nos vem à cabeça de imediato são processos pedagógicos que agregam provocações e contribuem para construções individuais, institucionais e/ou coletivas, ou seja, uma aproximação que possibilite dar contribuições sobre assuntos predeterminados dos quais a assessoria possui domínio. Mas é apenas isso? De que outras formas podemos pensar assessoria?

Sou assessor da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) e, nesse lugar, o espaço destinado à assessoria é o de provocar reflexões acerca das questões que são/estão postas as coordenações de grupos, paróquias, dioceses, ou seja, que estão no dia a dia das comunidades onde os jovens inseridos na pastoral vivem e atuam. Nesse sentido, para a PJMP, assessorar seria apresentar suas experiências, a partir delas, ajudar as ações da juventude e, desse modo, contribuir com os caminhos da pastoral. A assessoria também tem função de facilitadora de momentos destinados à formação integral dos jovens iniciantes e militantes. Porém, no caso da

¹ Bacharel em Humanidades e Licenciando em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades. E-mail: laudianopjmp@gmail.com.

² Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades. E-mail: eduardomachado@unilab.edu.br.

assessoria acadêmica à Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS do GBJ), a assessoria assume o caráter de apoiar os processos cotidianos e sequenciais de planejamento, gestão, avaliação e monitoramento da própria rede, que coletivamente busca reconstituir criticamente sua estrutura institucional, as agendas e formas de atuação e os modos de mobilização social, de exercício do poder e de formação das decisões.

A experiência de assessoria da PJMP tem importante papel na decisão do tema para este artigo:

1. considerando que essas experiências são muito discutidas nos espaços de reflexão da PJMP, sobretudo na compreensão do papel da assessoria e dos limites da assessoria na pastoral;
2. ao articular dois vetores que subsidiam a compreensão sobre o que é a assessoria ao movimento popular, os papéis de provocar e de facilitar, ambos articulados a um caráter educacional;
3. a necessidade de constituir coletivamente uma concepção teórica, empírica e metodologicamente mais consistente sobre o que é a assessoria acadêmica a movimentos populares, quais seus lugares, papéis, potencialidades e restrições.

Esse artigo reflete sobre a assessoria a partir da experiência do Grupo Diálogos Urbanos de Extensão e Pesquisas Interdisciplinares, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), de construções coletivas junto à Rede de Desenvolvimento Local e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS do GBJ). Processos esses que vão além dos espaços de educação não formal e se refletem na nossa atuação direta nas lutas cotidianas e na organização dos movimentos que compõem a Rede DLIS do GBJ para o reconhecimento do seu território como espaço de direitos, de moradia digna, de valorização da cultura e da memória local, do engajamento e fortalecimento da juventude e de luta por direitos básicos como educação, saúde e segurança pública, de saneamento básico e cuidado com o meio ambiente.

Refletiremos sobre assessoria acadêmica a partir das experiências vivenciadas no processo de aproximação e participação das atividades da Rede DLIS do GBJ e de diálogos realizados com os agentes populares das organizações da sociedade civil que a compõem, sobre as parcerias com universidades, especialmente o Grupo Diálogos Urbanos - UNILAB.

A pesquisa ação e a observação participante são bases metodológicas para este artigo, na medida em que nos ajudam a refletir sobre nossa dupla ação de agente social e acadêmico. Dupla ação considerando que, ao passo que atuamos junto aos grupos da Rede DLIS, como extensionistas e pesquisadores dentro de uma perspectiva acadêmica, teórica e prática, também compreendemos o nosso lugar social e a realidade que nos cerca, atuando individual e coletivamente – política e tecnicamente – para o alcance dos objetivos traçados.

Nossa ação está alicerçada nas experiências freireanas de valorização do conhecimento produzido a partir de suas realidades. Através do seu trabalho teórico/metodológico sobre Educação Popular, Freire (1987a; 1992; 2000) nos ajuda a pensar sobre as relações históricas e sociais com o olhar do povo oprimido. Também autores como Brandão (2007) e Gadotti (2000) nos ajudam na compreensão sobre educação popular, que contribui na transformação do indivíduo em sujeito político, ativo e transformador da sua realidade, pois:

Não há conscientização se, de sua prática, não resulta a ação consciente dos oprimidos, como classe explorada, na luta por sua libertação. Por outro lado, ninguém conscientiza ninguém. O educador e o povo se conscientizam através do movimento dialético entre reflexão crítica sobre a ação anterior e a subsequente no processo de luta. (FREIRE, 1987a, p. 109)

2 TEIAS DO CAMINHO: APRESENTANDO A REDE DLIS E O DIÁLOGOS URBANOS

A Rede DLIS do GBJ é entendida como um movimento social. Refletir sobre movimentos sociais é pautar a relação de indivíduos que se conectam dentro de uma perspectiva comum; nesse sentido, trata-se de pensar, sobretudo, no que une pessoas, no que motiva e mantém essa união, mas também é pensar nos conflitos internos e externos que ocorrem e que são motivadores do processo de organização e luta.

Os movimentos sociais, segundo Diani (2003, apud CARLOS, 2011), são redes não hierárquicas e formas de organização com fronteira fluida definida pela identidade coletiva, ou seja, pelo reconhecimento mútuo de atores como membros do movimento interligados por uma cultura e solidariedade distintas. Nesse sentido, os movimentos sociais são, por excelência, lugar de formação social, política e humana dos indivíduos, uma vez que a participação e a construção coletiva, propiciadas pela unidade de luta, caracterizam processos próprios da educação não formal e, por ventura, informal, uma vez que expressa a participação social e política de atores dos movimentos sociais e propicia aprendizados fundamentados na experiência. Não é à toa que, para Pateman (1992), a participação gera atitudes de cooperação,

integração e comprometimento com as decisões. Nesse sentido, a participação assume sentido educativo, uma vez que se direciona a formar cidadãos voltados para os interesses coletivos e para questões políticas.

Podemos conceituar movimento social como organização conjunta, bem estruturada (ou não), pautada por transformação ou manutenção política, social, econômica, cultural que motivam e mantêm a ação coletiva. Dessa forma, é a ação coletiva que possibilita conduzir o movimento ao ponto desejado:

O movimento social se constitui mediante uma rede de interações informais, composta por uma pluralidade de atores (indivíduos, grupos, associações ou organizações) que se engajam em relações de conflitos com oponentes claramente definidos e compartilham identidades coletivas distintas. (CARLOS, 2011, p. 156)

Desse modo, a articulação de movimentos sociais em redes, ou seja, a união de associações, grupos, igrejas, indivíduos, com foco na organização e formação para a conquista de direitos para a área que coabitam são uma realidade, e esse foi o caminho que se fez na construção da Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim – Rede DLIS do GBJ – que aglutina diferentes agentes sociais, indivíduos ou grupos, na compreensão necessária de que, juntos, podemos mais.

A rede se articula no território que chamamos de Grande Bom Jardim - GBJ. Adriano Paulino de Almeida (2014, p. 20) apresenta essa área como:

[...] região periférica a Sudoeste da cidade de Fortaleza, Ceará, como um espaço social constituído território pela capacidade de seus agentes de impor à cidade um poder de domínio e de negociar com outros agentes coletivos locais, ou outras jurisdições de domínio territorial existentes localmente, a legitimidade de suas posições ideológicas e perspectivas políticas. A força motriz desse poder de domínio está baseada no sentido de apropriação e no sentimento de pertencimento ao lugar.

O Grande Bom Jardim é formado por cinco bairros de Fortaleza: Bom Jardim (37,758hab), Canindezinho (41,202hab), Granja Lisboa (52,042hab) Granja Portugal (33,628hab) e Siqueira (39,628hab). Com população de 204.258 mil habitantes (IBGE, 2010), o GBJ é caracterizado como sendo:

[...] uma das áreas de maior atenção pública das últimas duas décadas na cidade, em razão de suas condições socioeconômicas, dos desafios para as políticas públicas e a crescente ampliação, sobretudo, dos índices que confirmam um acirramento de conflitos e violência letal. (CARLOS, 2014, p. 4)

A partir das diversas demandas solicitadas pelas comunidades, esse território tornou-se um espaço de organização política e comunitária a partir da representação e articulação de seus moradores. É compreendendo a realidade e o poder da organização popular que a Rede DLIS envolve nos processos de educação e luta os mais diferentes grupos que se articulam na região do GBJ. A Rede DLIS é composta por 23 coletivos organizados, tendo também agentes individuais que contribuem para as atividades realizadas, objetivando os propósitos desse “coletivo de coletivos”, que, para Almeida (2014, p. 20):

é garantir o desenvolvimento socioespacial dos bairros e o bem-viver de sua população, diagnosticando as fragilidades e as potencialidades da região, identificando, denunciando e visibilizando as negligências e as violações de direitos, propondo e negociando políticas públicas, através de plataformas e programas, pressionando governos e monitorando as políticas públicas locais.

A Rede DLIS é, portanto, um coletivo de agentes ativos, situados na periferia de Fortaleza, que se organizam no enfrentamento, pressão e negociação junto ao Poder Público, pautando políticas que contribuam para o desenvolvimento da região que habitam. Ademais, compreendemos a Rede DLIS dentro do que explicita Diani (2003, apud CARLOS, 2011, p. 156):

[como] atores formalmente independentes que estão situados em contextos locais específicos [...], produzem identidades específicas, valores e orientações, e perseguem metas e objetivos, estando ao mesmo tempo ligados através de formas de cooperação concreta e/ou reconhecimento mútuo em processos que vão além da ação de protestos específicos.

A diversidade de grupos e ações são fatores que contribuem para que busquemos a parceria e o acompanhamento à Rede DLIS. A caminhada junto a movimentos sociais, organizações da sociedade civil, e/ou outros grupos sociais organizados em torno de um objetivo comum exige daqueles que se colocam a fazer esse trabalho certa proximidade para acompanhar a realidade desses grupos e, a partir dessa aproximação, pensar metodologicamente, junto com os agentes da ação, sua parcela de contribuição para o alcance dos objetivos desejados coletivamente. Daí a necessidade de estar junto aos processos de fortalecimento dos agentes sociais, dos indivíduos que compõem as lutas necessárias às comunidades e aos grupos organizados pela garantia de direitos.

Para alcançar seus objetivos, a Rede DLIS conta com o apoio de diversos grupos que são tidos como parceiros das ações, trazendo conceitos e formações qualificadas que contribuem de forma sistemática, mas indo além, atuando como agente da ação, no

planejamento, no monitoramento e nas avaliações das ações que também são importantes para o planejamento de novas intervenções. Entre esses parceiros está o grupo Diálogos Urbanos de Extensão e Pesquisas Interdisciplinares da UNILAB e, nele, o projeto de extensão Diálogos Urbanos.

O Diálogos Urbanos iniciou seus trabalhos como projeto de extensão na UNILAB no ano de 2015, junto com o Grupo Interdisciplinar de Pesquisas Urbanas (GIPU), com o objetivo de construir espaços de reflexão sobre o direito à cidade e ser ponte entre a universidade e a comunidade externa a ela. Desde então, buscou-se parcerias com diversas organizações internas e externas à universidade, procurando pautar as questões de direitos à cidade e os debates inerentes à sociedade. No ano de 2018, o GIPU passou a adotar o nome Grupo Diálogos Urbanos de extensão e pesquisas interdisciplinares devido ao alcance do projeto de extensão Diálogos Urbanos, considerando ainda que esse nome abarcava os demais grupos e temáticas de extensão e pesquisa que passaram a compor o grupo de extensão e pesquisa que vem promovendo ações de reflexões sobre a educação, arte e cultura, segurança pública e fortalecendo as lutas sobre o direito à cidade.

O projeto de extensão Diálogos Urbanos está na sua terceira edição, em 2018. Para além da realização de espaços de reflexões sobre a realidade, cursos de aprofundamentos teóricos e práticos, têm a preocupação de estreitar laços com movimentos sociais, especialmente a Rede DLIS através da assessoria acadêmica que é um dos focos desta 3ª edição do projeto, objetivando:

- promover interlocuções e articulações entre agentes acadêmicos, da sociedade civil e política, com valorização, difusão, recriação, apropriação e/ou aplicação de conhecimentos, experiências e práticas que compõem patrimônios culturais variados, relevantes às questões e temas abordados;
- pautar ética, política e academicamente os temas e as lutas por democracia, pelos direitos humanos e pela oferta, acesso, garantia e usufruto de direitos fundamentais;
- promover condições e gerar ou induzir capacidades que fortaleçam o protagonismo de agentes da sociedade civil e política, ampliando a democratização no exercício do poder e na formação das decisões políticas, o controle social de sistemas e políticas públicas e o acesso e usufruto de políticas, equipamentos, infraestruturas e serviços implantados ou em implantação.

Nos interessa, neste artigo, a relação que o projeto tem construído com movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil, objetivando contribuir no processo de reflexão sobre o direito à cidade através da promoção de espaços, sejam eles educacionais, de planejamento e/ou monitoramento, dentro ou fora da universidade, para que seja possível a discussão e o aprofundamento dos temas e, dessa forma, se possa contribuir como processo de mobilização e participação popular. É nesse contexto de ampliação do espaço de atuação e de construção de parcerias que surge a relação com o território do Grande Bom Jardim (GBJ) com a Rede DLIS.

Do que foi dito até aqui, algumas considerações preliminares podem ser apontadas, considerando que a assessoria acadêmica busca impactar positivamente a prática cotidiana, inclusive planejamento, gestão, avaliação e monitoramento dos movimentos sociais, inclusive os que se estruturam em redes populares. Em primeiro lugar, essa aproximação e vivência cotidiana demandam referências epistemológicas, teórico-metodológicas e ético-políticas que permitam à assessoria, na perspectiva assumida pelo Diálogos Urbanos de apoiar os agentes populares e subsidiar suas reflexões e tomadas de decisão. O que é diferente de uma postura que indica aos agentes o que devem fazer, deslocando seu protagonismo e assumindo o papel que, *a priori*, deveria ser dos próprios agentes populares. No caso do Diálogos Urbanos, as referências envolvem elementos da observação participante, da educação popular e da Sociologia. Em segundo lugar, as ações de assessoria requerem, de modo cotidiano e sequenciado, duas ordens de reflexões críticas:

1. uma reflexão sobre a rede popular, na perspectiva, nos requerimentos e nos focos delimitados pelos agentes populares em cada contexto, enquadramento e situação vivenciado;
2. uma reflexão sobre a própria assessoria, seus papéis e lugares, suas potencialidades e limites, sua forma de atuação e seu caráter.

3 O LUGAR DA EDUCAÇÃO (POPULAR) NAS NOSSAS REFLEXÕES SOBRE ASSESSORIA ACADÊMICA

É possível caracterizar a assessoria acadêmica enquanto a articulação de grupos de pesquisa e/ou extensão das universidades que acompanham e atuam sistematicamente junto a agentes populares, buscando a integração entre teoria e prática nos processos de autoconstrução

político-técnica desses agentes, subsidiando suas práticas cotidianas, inclusive no âmbito das dinâmicas educacionais e de planejamento, monitoramento e/ou avaliação.

Se por um lado a assessoria se sustenta no âmbito das formações para aprofundamento teórico/técnico dos agentes sociais, por outro, essa assessoria também se dá na participação direta nas reuniões de planejamento, no monitoramento e avaliação das ações pensadas e executadas, bem como no planejamento de novas demandas. Nesse sentido, a assessoria acadêmica tem pelo menos duas dimensões:

1. a dimensão formativa/educacional;
2. a dimensão experiencial, das vivências do cotidiano dos grupos.

Ao considerarmos a dimensão da formação, percebemos que ela vai ao encontro à ideia de que não existe forma única de educar, e, como nos diz Brandão (2007, p. 9), “A escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática, e o professor profissional não é o seu único praticante”. Existem, portanto, inúmeros lugares e funções dados à educação, diversos métodos e objetivos que são dados ao ato educativo e cada um está diretamente ligado a modelos de sociedade que se quer construir.

Considerando que todo sujeito é detentor de um conhecimento prévio adquirido do ambiente e das experiências vivenciadas, cabe dizer que a educação salta os muros da escola, que está para além do ambiente escolar e diretamente ligada a todos os espaços da vida cotidiana do ser humano, abrangendo outros espaços. Afonso (1989, p. 78) classifica a educação em Formal, Não formal e Informal sendo:

[...] educação formal o tipo de educação organizada com uma determinada sequência e proporcionada pelas escolas, enquanto que a designada educação informal abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida do indivíduo, constituindo um processo permanente e não organizado. Por último, a educação não formal, embora obedeça também a uma estrutura e uma organização (distintas, porém, das escolas) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa finalidade), diverge ainda da educação formal no que respeita à não fixação de tempos e locais e a flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto.

Como vimos, os diferentes tipos de educação ocorrem em espaços distintos e convergem em determinados pontos. A educação formal abrange o sistema educativo, institucionalizado, estruturado e organizado pelo Estado, segue regulamentação previamente definida e objetiva o aprendizado de conteúdos julgados importantes para a formação do cidadão. A educação não formal se trata de atividade educativa organizada e estruturada sem o aparato do Estado, e

objetiva formação centrada, de caráter específico. Nos espaços de educação formal, certamente acontecem trocas de experiências nos cotidianos dos estudantes, e essas trocas se caracterizam como aprendizado. Nos campos de educação não formal, também ocorrem essas trocas e, embora caracterizada pela não formalidade, tem aspectos característicos das instituições formais, o que difere é a finalidade do ato educativo.

A educação não formal é o lugar onde o método de educação popular tem sido amplamente trabalhado no sentido de dar lugar às falas e experiências dos indivíduos que compõem os diversos movimentos sociais no Brasil, somadas à ampliação dos conhecimentos técnicos nos espaços formativos. Compreendemos educação popular como método formativo com foco na compreensão da realidade que nos cerca, capaz de contribuir para o olhar coletivo, provocando reflexões e ações que possibilitem mudanças na realidade percebida. Partindo do sentido de horizontalidade e de valorização do indivíduo, bem como da valorização dos conhecimentos produzidos no seu cotidiano, a educação popular se pauta numa pedagogia que emancipa e liberta.

Ferrão (2002) divide o campo do conhecimento em duas vertentes:

- 1. Conhecimento tácito:** o conhecimento adquirido ao longo da vida, nas relações cotidianas, dos encontros e desencontros; tudo é aprendido e se transforma em conhecimento adquirido;
- 2. Conhecimento codificado:** trata-se do conhecimento produzido em espaços de formação formal, ou seja, conhecimentos adquiridos nas instituições de ensino.

É nas vivências cotidianas junto à Rede DLIS que percebemos a segunda dimensão, a das vivências e experiências nos espaços de trocas e construções coletivas no olhar a realidade, planejar, avaliar e contribuir para a transformação da realidade que nos cerca e também ajudar a pensar novas ações para as questões que surgem.

A universidade como lugar de construção do conhecimento, a partir dos grupos de estudos, pesquisas, extensão e etc. reafirma seu papel na emancipação do ser e nas lutas sociais, contribuindo com a articulação e missão dos movimentos sociais de fazer valer os direitos da população que passa pelo papel de conscientização.

A contribuição acadêmica junto a movimentos sociais, seja por representantes docentes, que tiveram ou não relação com movimentos sociais, seja por representantes dos movimentos sociais que chegam à universidade e continuam fortalecendo os vínculos e laços com o movimento, pautando suas bandeiras de luta, se dá pelo aspecto técnico, jurídico, pedagógico,

metodológico e, também, no âmbito da ação direta, através dessas ações conjuntas, tendo em vista que as causas sociais pautadas pelos movimentos também são, ou se tornam, causas dos docentes/técnicos e discentes das universidades que atuam como assessoria acadêmica popular.

Portanto, o papel da assessoria acadêmica popular se dá, num primeiro momento, na contribuição direta para apropriação de conhecimentos, técnicos ou não, importantes para a luta social, mas, concomitantemente, a atuação junto aos movimentos nos permite, a partir da relação posta, produzir novos conhecimentos advindos das experiências vividas no campo dos processos formativos ou na ação concreta dos/junto aos agentes sociais.

O processo formativo deve ajudar as pessoas a enxergar mais e melhor, a perceber mais adiante, mais profundamente, mais longe, a desvendar o que nem sempre fica claro à primeira vista. Daí a necessidade de usar informações, instrumentos, dinâmicas, que contribuam para este enxergar melhor, para conhecer mais e melhor. (EQUIP, 2003, p. 11)

O projeto de extensão Diálogos Urbanos faz esse caminho de aproximação com a Rede DLIS, criando as conexões necessárias para a manutenção da parceria, de modo a hoje ser parte integrante da rede, se caracterizando, nesse sentido, como um trabalho de pesquisa-ação, de educação popular e de sistematização de ideias e dos processos vividos.

Na *pesquisa-ação*, os próprios agentes que vivenciam as situações sociais e enfrentam os problemas, tornam-se pesquisadores(as), buscando: gerar novos conhecimentos; enfrentar os problemas e situações vivenciados de modo inovador; promover mudanças nas realidades sociais cotidianas e nas identidades (HOLLIDAY, 2006).

A *educação popular* envolve a reflexão crítica acerca das próprias experiências vivenciadas, repensar como se interpreta e como se atribui significados a essas experiências, quais seus sentidos e funcionalidades, em processos que são: ao mesmo tempo, teóricos e práticos; envolvem pesquisa e produção de conhecimentos; trabalham com palavras geradoras, temas geradores, questões geradoras, situações-limite e inéditos viáveis; envolvem processos coletivos de ensino e aprendizagem, nos quais se inter-relacionam conhecimentos dos próprios agentes sociais, conhecimentos acadêmicos/científicos/técnicos e novos conhecimentos coletivamente gerados.

A *sistematização* efetuada busca: gerar uma melhor compreensão dos saberes, práticas e experiências vivenciadas pela REDE DLIS do GBJ; adquirir conhecimentos teóricos; melhorar as práticas sociais cotidianas. Quando falamos de sistematização, nos referimos a experiências sociais concretas e cotidianas que detêm, ao mesmo tempo, caráter prático e

teórico, evidenciando processos sociais complexos, dinâmicos, social e historicamente situados e existenciais (HOLLIDAY, 2006).

Do nosso lado essa aproximação possibilita diferentes acepções:

1. apropriar-se das experiências vivenciadas, interpretando-as e atribuindo-lhes sentidos; envolvendo, portanto, uma reflexão crítica acerca das próprias experiências;
2. focar a produção de novos conhecimentos, com articulação entre teoria e prática;
3. reconstruir de modo ordenado as experiências, evidenciando como agentes diferentes detêm percepções diversas acerca das experiências vivenciadas, atribuem sentidos diversos às experiências vivenciadas;
4. buscar conceituar a prática.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre nossa relação enquanto acadêmicos com os agentes sociais dos movimentos que compõem a Rede DLIS, buscamos sistematizar as vivências cotidianas desses grupos e contribuir para os processos de fortalecimento dos agentes e dos movimentos da comunidade nas suas/nossas lutas cotidianas. Sobretudo, contribuir com a reflexão sobre o direito à cidade nos diferentes espaços da Rede e promover, a partir dessa relação, a construção conhecimento, tendo por base a comunidade e as experiências nos espaços de organização dos movimentos sociais. Como podemos perceber na fala de uma liderança da Rede DLIS (2018):

[...] a gente está num processo de reflexão sobre a existência da própria rede e uma das universidades que vem nos ajudando a fazer essa reflexão é a própria UNILAB; e a gente considera de muita importância essa relação com as universidades, considerando que geralmente as universidades têm estudos muito mais refletidos e aprofundados sobre as questões políticas e sociais e de análises de conjuntura das situações que a gente estava vivendo sempre nesse território. A gente sempre considerou importante a relação das universidades, de quem está construindo os saberes, refletindo a realidade que é das próprias universidades com essa instância de educação popular que é a Rede DLIS. Fortalece, empodera e ajuda a gente a refletir.

Destarte, as assessorias acadêmicas populares, como vimos, contribuem junto aos movimentos sociais não apenas com o aporte teórico necessário, mas também no dia a dia da gestão, no planejamento e na execução dos processos necessários na sua composição e manutenção dos agentes sociais que dão vida ao movimento social no seu cotidiano. Esses

processos formativos se dão através da reflexão sistemática que une teoria e prática, fomentam novas articulações e objetivam a emancipação popular.

Considerando nosso olhar, a assessoria acadêmica propõe o impacto nas práticas do cotidiano dos movimentos populares sem tomar para si o protagonismo direto da ação, embora estejam também inseridos no pensar e na execução destas nas comunidades, nas diferentes dimensões teórica, metodológica, ética, política, etc.

Temos o desafio de elaboração de conteúdos reflexivos acerca das nossas vivências e das vivências dos demais agentes sociais, de modo a contribuir epistemologicamente no debate da assessoria acadêmica a movimentos sociais, sobretudo no que diz respeito ao lugar da educação nesse campo, mas também sobre o caráter, o sentido e as implicações das práticas sociais efetivadas e sobre referências, horizontes de sentido, condicionantes e potencialidades existentes. O tema da educação está nesse debate e se confunde com a assessoria, a partir do entendimento de assessoria apenas como campo formativo educacional; porém é possível pensar outras formas de contribuição, outros campos de ação para a assessoria, como apontamos neste artigo, inclusive o do planejamento e da gestão das entidades e redes.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Sociologia da educação não-formal: reatualizar um objeto ou construir uma nova problemática? In: ESTEVES, Alan J.; STOER, Stephen, R. **A sociologia na escola**. Porto: Afrontamento, 1989. p. 83-96.

ALMEIDA, Adriano Paulino. **(Grande) Bom Jardim: Reterritorialização e Política de Representação à Luz da Nova Pragmática**. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Centro de Humanidades, Fortaleza, Universidade Estadual do Ceará, 2014. Disponível em: <<http://www.uece.br/posla/dmdocuments/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20AdrianoPaulino.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CARLOS, Caio Anderson Feitosa. **Invenções democráticas pela periferia: a Rede Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/24242/1/2014_dis_cafcarlos.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

CARLOS, Euzeneia. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, p. 153-166, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n39/a11v19n39.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2018.

ESCOLA DE FORMAÇÃO QUILOMBO DOS PALMARES (EQUIP). **Movimentos sociais e educação popular no Nordeste**. Recife: EQUIP, 2003.

FERRÃO, João F. Inovar para desenvolver: o conceito de gestão de trajetórias territoriais de inovação. **Interações**: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 3, n. 4, p. 17-26, mar. 2002. Disponível em: <<http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/573/611>>. Acesso em: 20 out. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

_____. **Ação Cultural para a liberdade e outros estudos**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.

_____. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro**. São Paulo: Ática, 2000.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. 2. ed. Brasília: MMA, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

MACHADO, Eduardo G; FAUSTINO, Anna Erika Rocha. **Perfil da Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS do GBJ)**. Relatório Final de Pesquisa - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras, Redenção, 2018.

_____ et al. Observação Participante, educação popular e pesquisa ação no Grande Bom Jardim. In: COSTA E SILVA, Geranilde; OLIVEIRA, Evaldo Ribeiro (Orgs.). **Experiências em ensino, pesquisa e extensão na UNILAB**: caminhos e perspectivas. Fortaleza: Imprece, 2018.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

REDE DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO GRANDE BOM JARDIM. **Relatório descritivo das atividades do encontro de planejamento, monitoramento e avaliação realizado nos dias 02, 03 e 04 de fevereiro**. Aquiraz, 2018.